

Constituinte

Política

—CONSTITUINTE—

A votação do regimento da Constituinte só será realizada na próxima quarta-feira. Até lá, todas as lideranças vão tentar um acordo que evite o impasse: ninguém tem maioria absoluta.

Em vez de confronto, trégua.

Uma trégua de uma semana foi "assinada" ontem entre o Centrão e as demais correntes da Constituinte, às 13h, assim que ficou claro que nenhum dos lados venceria no confronto iniciado com a abertura da sessão:

Dessa forma, até a próxima quarta-feira o Centrão vai tentar chegar a um acordo com as demais facções para votar a reforma do Regimento Interno.

O apelo em favor da trégua foi feito da tribuna pelo líder peemedebista Fernando Henrique Cardoso (SP), que começou reconhecendo que o Centrão demonstrou, na véspera, ter a maioria. Mas advertiu que essa maioria seria insuficiente para levar sozinha o processo de elaboração constitucional, sem negociação.

Fernando Henrique enfatizou que sua proposta não continha nenhuma "manobra oculta" para frustrar a maioria. Tinha, sim, o propósito de permitir um entendimento com a minoria. "Se houver entendimento, poderemos estabelecer um mecanismo veloz para aprovar a Constituição até dentro de um prazo de dois meses."

Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, imediatamente reforçou a proposta, afirmando que só não a fizera antes por entender que os vitoriosos é que deveriam estender a mão, e não os perdedores.

Numa atitude que depois recebeu a condenação unânime de seus companheiros, o deputado Amaral Neto (PDS-RJ), um dos coordenadores do Centrão, logo radicalizou: exigiu que se votasse logo o projeto de Roberto Cardoso Alves, para o qual haviam obtido preferência na véspera, deixando de negociar depois novas alterações.

Nesse momento, cerca das 12 horas, o grupo minoritário iniciou um movimento de retirada maciça do plenário, numa tentativa de evitar o quorum para deliberação, que é, no mínimo, de 280 constituintes. "Se saírem do plenário, a responsabilidade será deles" — reagiu Amaral Neto, enquanto o líder do PFL, José Lourenço, pedia à sua bancada que permanecesse em plenário e dizia "ser impossível, no momento, atender ao apelo de adiamento."

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), apontou uma "irregularidade" que já se registrara na véspera, à noite: a sessão não poderia ter sido encerrada, como o fizera Ulysses Guimarães, porque o processo de votação já se iniciara. "Temos agora é de dar prosseguimento à votação" — completou.

Mauro Benevides (PMDB-CE), na presidência da sessão, fez veemente defesa de Ulysses, afirmando ter ele cumprido fielmente o regimento.

"O regimento — interveio o líder do PTB, Gastone Righi — está acima até de nosso deus Ulysses Guimarães. Não pode haver mais adiamento."

Fernando Santana (PCB-BA), conhecido por suas intervenções bem-humoradas, declarou, desolado: "Meu pedido para que o Espírito Santo baixasse sobre a cabeça de Amaral Neto, Carlos Sant'Anna e outros não foi atendido pelo Supremo..."

Mauro Benevides anunciou então a vo-



O Centrão com Covas: ao voto.

Fernando Henrique: apelo de paz.

O acordo — quanto às modificações no regimento interno da Constituinte — pode sair. Os parlamentares do Centrão e do grupo liderado pelo senador Mário Covas já começaram a conversar em torno do que pode ser negociado de parte a parte. Um sinal do entendimento: reforçado por um apelo "contra impasses na Constituinte", feito por telefone pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, um dos líderes do Centrão, Roberto Cardoso Alves, já garantiu ao presidente da Constituinte que o seu grupo não quer funcionar como "rolo compressor". "Queremos a Constituição do Brasil, e não a do Centrão", disse Cardoso Alves. E Ulysses Guimarães elogiou a disposição pró-acordo.

Nesta quarta-feira à noite, depois da aprovação do pedido de preferência para votação do substitutivo do Centrão, que não chegou a ser submetido ao plenário, representantes das duas correntes reuniram-se no gabinete do senador paulista para discutir uma saída para o problema.

A discussão em torno do assunto começou a partir de uma sugestão feita pelo deputado Afif Domingos (PL-SP), no próprio plenário da Constituinte, ao deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA). O deputado paulista explicou não estar falando em nome de todo o Centrão, mas disse que parte do grupo aceitaria a exigência do quorum menor do que a maioria absoluta de constituintes para aprovar pedidos de preferência para matérias constitucionais, e 280 votos para apreciação do mérito.

"Ninguém faz nada sozinho"

"Não era nem uma proposta", explicou Afif, "era uma idéia, para que pudessemos ter condições de chegar a um acordo, sem abrir mão do conceito intocável do Centrão que é a exigência de 280 votos para aprovar matéria constitucional, isto é, seja para aprovar o texto do relator seja para aprovar substitutivo. Propos que a votação, ao invés de ser por título, passasse a ser por capítulo — pois aí nós poderíamos apresentar substitutivos por capítulos e votar a preferência

O Centrão desiste de ser um rolo compressor

nenhum grupo vota nada sem o outro. Isso vai levar inexoravelmente ao acordo porque o impasse gera a crise institucional e a crise institucional gera o golpe. Eu fui eleito para perseguir soluções políticas, não para propiciar o golpe", finalizou.

A proposta foi levada ao líder Mário Covas, que a aceitou. Logo em seguida, o deputado Jaime Santana (PFL-MA) informou sobre a reação dos conservadores, que não concordavam com a adoção desse quorum. Mas, com o episódio do plenário, onde ficou demonstrado que o Centrão reunia número só para aprovar o pedido de preferência, e não seu mérito, as conversações foram retomadas.

O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que participou da reunião de quarta-feira à noite no gabinete do senador Mário Covas, adiantou que também o líder governista Carlos Sant'Anna "mostrou-se sensível" à proposta, submetida também aos deputados Luís Carlos Ponte (PMDB-RS) e Delfim Netto (PDS-SP). O senador Mário Covas manifestou disposição de aceitar a proposta e de trabalhar por ela. Já o deputado Bonifácio Andradá (PDS-MG) não revelou o mesmo entusiasmo com relação à receptividade do Centrão.

Todos os envolvidos nas conversações admitem que estas poderão evoluir para outras fórmulas. Mas concordam que, sem acordo, a ordem do dia ficará obstruída in-

si ldo positivo forçar os dois grupos ao entendimento. Embora tenha votado contra o projeto do Centrão, o senador pelo Ceará gostou do resultado favorável aos conservadores, observando que, se os progressistas tivessem saído vitoriosos, seria muito difícil aprovar futuramente qualquer matéria constitucional porque os integrantes do Centrão não iriam colaborar, negando número.

Rolo compressor

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) justificou ontem à tarde ao presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, o acordo para votar na próxima quarta-feira o regimento interno da Constituinte, afirmando que o Centrão não quer funcionar como um "rolo compressor". Segundo Cardoso Alves, o acordo foi firmado de maneira consciente "para mostrar nossa concordância com a alma transacional brasileira. Nós queremos a Constituição do Brasil e não a do Centrão."

Ao receber a notícia do deputado Cardoso Alves, Ulysses elogiou o acordo, pois entende que os pontos críticos do Centrão são os mesmos da esquerda, o que dá margem para avançar nas negociações. Para Cardoso Alves, depois desse acordo "fica claro que já existe um equilíbrio para o entendimento".

Os integrantes do Centrão, de acordo com ele, não deverão polemizar em temas como duração de mandato e regime de governo, pois isso, afirmou o deputado, dividiria o grupo. "São temas que estão acima de nós."

Em seu telefonema ao deputado Cardoso Alves, o presidente da Fiesp, Mário Amato, solicitou que fosse buscado o entendimento com os grupos de esquerda de modo a evitar impasses na Constituinte, que comprometeriam tanto a vida política como econômica do País. "Eu não estou fazendo outra coisa senão buscar o entendimento, sobre isso já conversei com o presidente Ulysses Guimarães, e creio que vamos chegar a bons resultados", respondeu Cardoso Alves.

A ORIGEM

Os moderados se articulam desde fevereiro, contra a estatização.

chamado Centrão — denominação dada por um jornalista, e que hoje identifica o grupo moderado da Constituinte — surgiu com o objetivo principal de evitar a aprovação de propostas estatizantes à futura Constituição. A defesa da livre iniciativa foi e continua sendo sua principal bandeira. Será em torno desta tese que seus integrantes — mais de 300 — pretendem travar as batalhas no plenário.

Parlamentares do centro-esquerda e das facções de esquerda do PMDB e dos partidos ideológicos já estão prometendo represálias. Dizem que, se o Centrão quer combater no plenário as propostas progressistas, eles vão dar o troco, criando dificuldades à aprovação de questões de "interesse das classes empresariais".

Segundo o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), dos mais ligados ao líder Mário Covas, se o Centrão vai lutar contra a estabilidade no emprego, jornada de 44 horas semanais, férias em dobro, licença de 120 dias para a trabalhadora-gestante, haverá retaliações. "Vamos nos unir em questões que afetam a atividade de muitos deles ou de empresários que os apóiam, no campo da saúde, da educação, de concessões de emissoras de rádio e TV, reforma agrária, disciplina do capital externo, definição de empresa nacional e assim por diante" — disse o deputado fluminense.

O Centrão está ciente de que enfrentará resistência das esquerdas e do centro-esquerda. Nas últimas 48 horas, por exemplo, mais de 20 constituintes, signatários do documento do grupo, deixaram de votar o substitutivo Cardoso Alves, de reforma do regimento interno. "Assinei proposta de reforma regimental, mas não posso votar um projeto que poderia paralisar a Constituinte" — justificou-se um deles, o mineiro Humberto Souto, do PFL.

A primeira tentativa de reunificar os moderados da Constituinte foi feita em fevereiro. Não deu certo. Os deputados Cardoso Alves (PMDB), Amaral Neto (PDS), Ulysses Guimarães (PFL), Jorge

Fotos de Julio Fernandes

Ulysses, afirmando ter ele cumprido fielmente o regimento.

"O regimento — interveio o líder do PTB, Gastone Righi — está acima até de nosso deus Ulysses Guimarães. Não pode haver mais adiamento."

Fernando Santana (PCB-BA), conhecido por suas intervenções bem-humoradas, declarou, desolado: "Meu pedido para que o Espírito Santo baixasse sobre a cabeça de Amaral Neto. Carlos Sant'Anna e outros não foi atendido pelo Supremo..."

Mauro Benevides anunciou então a votação do substitutivo Roberto Cardoso Alves, mas suspendeu a sessão por dez minutos. Foi o tempo suficiente para que, com sua intervenção em favor da proposta de Fernando Henrique Cardoso, as lideranças do Centrão voltassem atrás e acabassem aceitando o adiamento.

Assim que Mauro Benevides reabriu a sessão, às 13 horas, Gastone Righi subiu à tribuna para anunciar que atendia ao apelo dramático" que lhe fora feito por Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas e pediu aos demais coordenadores do Centrão que assim o fizessem também. José Lourenço concordou: "Insensíveis, não somos. Intransigentes, não somos. Somos vitoriosos. Mas não queremos transformar nossa vitória em esmagamento da minoria, mas sim num instrumento de diálogo para que a Constituição não tenha a face de um, mas a face de todos."

Amaral Neto declarou-se "voto vencido" entre os coordenadores do Centrão, porque entendia que não se devia abrir mão da votação imediata do substitutivo. Mas, democraticamente, se curvou à vontade da maioria, como esperava que os outros também fizessem, seguindo seu exemplo. Todos os integrantes do Centrão tomarão conhecimento previamente do que seus coordenadores estiverem acertando com a minoria, como anunciou José Lourenço. Nova reunião ampla do Centrão já está convocada para terça-feira à tarde, véspera da votação em plenário.

Arrabalde

Assim que foi aberta a sessão, às 10h da manhã, ficou claro que havia uma disposição para trégua, negociada por Ulysses Guimarães, para se retardar por uma hora o início dos trabalhos, na tentativa de um entendimento para facilitar as deliberações.

Esse acordo foi exposto à Mesa, presidida no momento pelo deputado Jorge Arbage (PMDB-PA), pelo líder Carlos Sant'Anna e confirmado por Fernando Henrique Cardoso. Mas não foi acatado pelo presidente da Mesa, sob a alegação de não ter recebido qualquer instrução nesse sentido.

Imediatamente o Centrão reagiu, com gritos e protestos, obrigando a Mesa a cortar o som do plenário. Do lado contrário, o líder petista José Genoíno tentou uma manobra para liquidar com o Centrão: pediu verificação de quórum. Se não estivessem presentes 56 constituintes (e não estavam), a sessão teria que ser encerrada. O Centrão considerou tudo isso um golpe, mas conseguiu trazer a tempo, para o plenário, os constituintes necessários.

Amaral Neto insistia em seu pedido: iniciar a votação ainda pela manhã. "O Centrão não foi criado para se render", desafiou.

Enquanto tudo isso acontecia no Congresso, o multipresidente Ulysses Guimarães escoltava José Sarney à base aérea de Brasília, onde recebeu a Presidência da República pela nona vez. Ali, os dois conversaram às gargalhadas.

Entre outras coisas, Ulysses disse a Sarney que a votação do regimento interno da Constituinte era uma "briga de arrabalde" e prometeu apressar a resolução do assunto, para que se passe a votar os pontos mais polêmicos.

Ulysses disse que não terá problemas na Presidência da República: "Ninguém é insubstituível numa democracia. Não sou assim tão ruim que não possa ficar à frente do País e garantir as instituições". E insistiu em que fará de tudo para apressar a votação da nova Constituição.

"Não era nem uma proposta", explicou Afif, "era uma idéia, para que pudéssemos ter condições de chegar a um acordo, sem abrir mão do conceito intocável do Centrão que é a exigência de 280 votos para aprovar matéria constitucional, isto é, seja para aprovar o texto do relator seja para aprovar substitutivo. Propos que a votação, ao invés de ser por título, passasse a ser por capítulo — pois aí nós poderíamos apresentar substitutivos por capítulos e votar a preferência sobre o parecer do relator. Exemplifico: se o nosso grupo não tiver 280 votos, cai o destaque que apresentamos. Mas o relator precisa ter também 280 para manter seu parecer".

Para Afif, a votação de anteontem "constituiu demonstração de que ninguém vai fazer nada sozinho. Colocamos 271 constituintes no plenário. Para a votação, porém, são necessários 280. Daí a conclusão:

lista Carlos Sant'Anna" a proposta, submetida também aos deputados Luís Carlos Ponte (PMDB-RS) e Delfim Netto (PDS-SP). O senador Mário Covas manifestou disposição de aceitar a proposta e de trabalhar por ela. Já o deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG) não revelou o mesmo entusiasmo com relação à receptividade do Centrão.

Todos os envolvidos nas conversações admitem que estas poderão evoluir para outras fórmulas. Mas concordam que, sem acordo, a ordem do dia ficará obstruída indefinidamente, paralisando-se os trabalhos da Constituinte. Ponderam, ainda, que os entendimentos estão apenas começando e que, até a próxima quarta-feira, quando a matéria voltará à apreciação do plenário, deverá haver uma solução para a questão.

O vice-líder do PDS no Senado, e relator auxiliar da Comissão de Sistematização, senador Virgílio Távora, observou que o episódio da quarta-feira no plenário teve como

nós." Em seu telefonema ao deputado Cardoso Alves, o presidente da Fiesp, Mário Amato, solicitou que fosse buscado o entendimento com os grupos de esquerda de modo a evitar impasses na Constituinte, que comprometeriam tanto a vida política como econômica do País. "Eu não estou fazendo outra coisa senão buscar o entendimento, sobre isso já conversei com o presidente Ulysses Guimarães e creio que vamos chegar a bons resultados", respondeu Cardoso Alves. O presidente da Fiesp disse ao deputado do PMDB que o setor financeiro está inseguro, os empresários não sentem garantia para novos investimentos e as vendas no comércio caíram 25% no último mês, de acordo com levantamentos por ele recebidos. "Se houver impasse na Constituinte esse país vai parar", acrescentou Mário Amato, obtendo a concordância de Cardoso Alves.

proposta de reforma regimental, mas não posso votar um projeto que poderia paralisar a Constituinte" — justificou-se um deles, o mineiro Humberto Souto, do PFL.

A primeira tentativa de reunificar os moderados da Constituinte foi feita em fevereiro. Não deu certo. Os deputados Cardoso Alves (PMDB), Amaral Neto (PDS), Alysson Paulinelli (PFL), Jorge Viana (PMDB), Gastone Righi (PTB), entre outros, tentaram organizar o grupo moderado com o objetivo de defender propostas comuns na Constituinte. Cardoso Alves chegou a preparar um manifesto assinando o compromisso do grupo em defender a livre iniciativa.

Por falta de maior organização e da insistência do trabalho, o movimento falhou. As posições se radicalizaram nas subcomissões e nas comissões temáticas. Os moderados, sem coordenação, se sentiram acuados. Muitos deles acusavam o líder do PMDB, Mário Covas, de compor as subcomissões "a dedo", com parlamentares de esquerda.

União

Os debates da Comissão de Sistematização mostraram aos parlamentares de centro e de centro-direita o caminho da união, sob pena de prevalecer as teses estatizantes ou socializantes. As primeiras reações surgiram no PFL, com os deputados Ricardo Fiúza (PE) e Luiz Eduardo Magalhães (BA). O líder do governo, Carlos Sant'Anna, deu seu apoio, com o atual ministro Prisco Viana. Houve a adesão imediata de representantes do PMDB, do PFL, do PDS, do PTB, como Roberto Cardoso Alves, Gastone Righi, Amaral Neto, Alysson Paulinelli, Expedito Machado, Victor Faccioni, Rosa Prata, Afif Domingos, Cunha Bueno, José Lins, Bonifácio de Andrada, Oscar Correia, Arnaldo Prieto, Daso Coimbra, Saldanha Derzi.

As reuniões para a formação do grupo começaram no Hotel Nacional, com 50 parlamentares na primeira, mais de 100 na segunda e quase 20 na terceira. Hoje, o Centrão garante ter mais de 300 constituintes. "Não tem donos nem líderes, mas coordenadores" — explicou Cardoso Alves. O grupo ganhou em organicidade, graças ao esforço e dedicação do veterano parlamentar Daso Coimbra (PMDB-RJ).

O Centrão tem mantido bom diálogo com o líder do PMDB no senado, Fernando Henrique Cardoso. O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, é considerado "muito intransigente" pelos coordenadores do Centrão.

A falta de um líder escolhido pelo grupo pode criar problemas. Anteontem e ontem, por exemplo, muitos discordaram de posições intransigentes de Amaral Neto, Cardoso Alves, Oscar Correia, Roberto Jefferson, Gastone Righi, que queriam votar antes e fazer o acordo depois com as esquerdas, para a reforma do regimento interno. A divisão assustou o Centrão e prevaleceu a proposta do entendimento — ou da tentativa de entendimento, até quarta-feira.

Só não há, por ora, acordo envolvendo a duração de mandato de Sarney e sistema de governo. São questões abertas no Centrão.



A ameaça de Dornelles: "Você vai chorar lágrimas de sangue".

OS INIMIGOS

O Centrão não gosta do líder peemedebista Mário Covas. Muitos menos do líder petista José Genoíno. Mas inimigos, mesmo, são três "moderados": José Richa, Marco Maciel e Francisco Dornelles. Desses, o Centrão tem raiva.

— Eles nos tiraram mais de vinte votos — reclamava um centrista, ao comentar a saída dos "traidores" do grupo.

— Se a Constituição não sair moderada, a culpa será exclusivamente do Richa — acusava outro parlamentar do centro.

— O Marco Maciel não ganha mais nada do partido — sentenciou o líder do PFL, José Lourenço.

A situação dos três é tal, perante o Centrão, que os coordenadores de mobilização do grupo — mais de 40 parlamentares — decidiram ontem, por unanimidade, não aceitar qualquer proposta de acordo com as demais correntes da Constituinte se um dos três "inimigos" for portador ou intermediário da idéia.

Dornelles, que tem articu-

lado uma lista de parlamentares que estão abandonando o Centrão, parece não se importar com o repúdio dos centristas, e ainda tentava, no cafezinho da Câmara, conquistar o deputado Delfim Netto (PDS-SP) e o senador Roberto Campos (PDS-MT). O argumento de Dornelles: o Centrão não tem 280 votos, criando o risco de derrubar o que já foi aprovado na Comissão de Sistematização e não conseguir colocar nada no lugar. No final, quando viu que não conseguia convencer os ex-ministros, ameaçou: "Vocês

ainda vão chorar lágrimas de sangue".

Sem o mesmo sentimento de rejeição reservado a Richa, Maciel e Dornelles, o Centrão também não quer mais dar destaque ao deputado Amaral Neto, que na sessão de ontem queria levar o grupo ao confronto com as demais correntes do plenário. "Não se pode radicalizar desse modo" — reclamou o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). "Vamos tirar-lo da linha de frente" — pediu Inocêncio Oliveira (PFL-PE).

Foto de Julio Fernandes